

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.394 - ES (2019/0297671-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : AILTON RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO : AILTON RIBEIRO DA SILVA - RJ197586
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : GUILHERME TERRA GOMES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de GUILHERME TERRA GOMES apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (HC n. 0022109-48.2019.8.08.0000).

Depreende-se dos autos que o paciente estaria preso preventivamente acusado de praticar a conduta narrada no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão cuja ementa foi assim definida (e-STJ fl. 21):

HABEAS CORPUS ARTIGO 33, DA LEI 11.343/06
CONSTRANGIMENTO ILEGAL PRISÃO CAUTELAR
AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 312, DO CPP
INEXISTÊNCIA REGIME MAIS GRAVOSO EM FACE DE
POSSÍVEL CONDENAÇÃO IMPOSSIBILIDADE CONDIÇÕES
PESSOAIS FAVORÁVEIS IRRELEVÂNCIA ORDEM
DENEGADA. 1 . A custódia preventiva está respaldada em
fundamentação idônea (art. 93, IX, CRFB), pois fixada em virtude da
possibilidade de reiteração delitiva por parte do postulante, com o
fim de impedir que o mesmo continue praticando condutas ilícitas,
considerando seus registros criminais, além da periculosidade
concreta de sua conduta (art. 312, CPP). 2. Cumpre salientar que não
se confunde, a prisão preventiva, com a antecipação de sanção a ser
imposta ao coacto, pois aquela se ampara nos requisitos *fumus*
commissi delicti e *periculum libertatis*, não sendo possível, portanto
tratar sobre a legitimidade da constritiva com base no regime a ser
imposto em eventual condenação. 3 O fato do paciente ostentar
condições pessoais favoráveis, por si só, não é suficiente para
ensejar a liberdade. 4. Ordem denegada.

No presente *writ*, a defesa sustenta que o Magistrado de primeira instância não se manifestou acerca da possibilidade de substituição da prisão preventiva

Superior Tribunal de Justiça

por medidas cautelares (e-STJ fl. 5), e que "os argumentos complementares invocados pela Autoridade Coatora são inidôneos, eis que as medidas cautelares diversas da prisão não pressupõem a inexistência ou cabimento da prisão preventiva, mas sim a existência de uma providência igualmente eficaz para o fim colimado, porém, com menor grau de lesividade a liberdade do paciente" (e-STJ fl. 6).

Aduz, ainda, que, "embora o paciente esteja sendo processado pelo do crime descrito no artigo 33 da Lei de Drogas, verifica-se da denúncia que a materialidade delitiva limita-se a apreensão de 7 gramas de LSD e 1,3 gramas de maconha" (e-STJ fl. 9), de maneira que "a medida cautelar a ser adotada deve ser proporcional a eventual condenação do réu, sendo inadmissível que a restrição da liberdade, no curso do processo, seja mais severa que a sanção a ser aplicada em caso de condenação" (e-STJ fl. 10).

Pondera que "o magistrado de primeiro grau fez menção a existência de duas ações penais em curso para justificar a imposição da prisão preventiva ao paciente, sendo uma por furto e outra por tráfico ilícito de entorpecentes", mas que, "a existência de uma ação penal em curso – eis que houve a absolvição quanto ao tráfico de drogas – por fatos ocorridos em 2014 e por prática de crime cometido sem violência ou grave ameaça a pessoa (furto), não tem o condão de demonstrar que a soltura do paciente coloca em risco a ordem pública" (e-STJ fls. 14/15).

Requer, inclusive liminarmente, a concessão da ordem para revogar a prisão preventiva do paciente.

É o relatório.

Verifico, *ab initio*, ser inviável o prosseguimento do writ.

É que o impetrante não juntou aos autos cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, tampouco do inteiro teor do acórdão proferido pelo Tribunal de origem, peças imprescindíveis à exata compreensão da controvérsia.

Ressalte-se que o rito do *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a defesa demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto ao paciente,

Superior Tribunal de Justiça

providência da qual não se desincumbiu o impetrante.

Nesse sentido, a jurisprudência desta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA EM PRONÚNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. Mantidos os fundamentos da decisão agravada, porquanto não infirmados por razões eficientes, é de ser negada simples pretensão de reforma (Súmula n.º 182 desta Corte).

2. Cabe ao impetrante o escorreito aparelhamento do habeas corpus, bem como do recurso ordinário dele originado, indicando, por meio de prova pré-constituída, o constrangimento ilegal alegado.

3. É inviável divisar, de forma meridiana, a alegação de constrangimento, diante da instrução deficiente dos autos, no qual se deixou de coligir cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, documento imprescindível à plena compreensão dos fatos aduzidos no presente recurso.

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no RHC 48.939/MG, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 23/4/2015, grifei.)

PROCESSUAL PENAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE PEÇA ESSENCIAL À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO QUE IMPOSSIBILITA A ANÁLISE DO PEDIDO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. É possível receber o pedido de reconsideração como agravo regimental, dada a identidade do prazo recursal e a inexistência de erro grosseiro.

2. Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações e não comporta dilação probatória.

3. Ausente cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, a cujos fundamentos o juiz sentenciante remete para negar ao réu o direito de recorrer em liberdade, mostra-se inviável o exame do alegado constrangimento ilegal.

4. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, não provido. (RCD no RHC 54.626/SP, Rel. Min. ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 2/3/2015, grifei.)

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do STJ,
indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

